

ANÁLISE DA ARTICULAÇÃO ENTRE CAPITAL SOCIAL E ASSOCIATIVISMO: UMA ABORDAGEM COLETIVISTA

ANALYSIS OF THE RELATIONSHIP BETWEEN SOCIAL CAPITAL AND ASSOCIATION: A COLLECTIVIST APPROACH

Cristina Caetano Aguiar¹
José Ambrósio Ferreira Neto²

1. RESUMO

Este trabalho teve como objetivo a análise da construção do Capital Social entre os integrantes da Associação dos Funcionários da Empresa TCIL – AFET, localizada em Ubá-MG. Acredita-se no pressuposto conceitual de que o Capital Social, entendido como relação de troca, reciprocidade e cooperação pode ser potencializado pela constituição e atuação de associações. Como metodologia, utilizou-se a técnica de *survey* com a aplicação de questionários aos colaboradores da empresa TCIL, associados da AFET. Como resultados, observamos um alto índice de confiança, atitudes de apoio e cooperação, além de uma rede de relacionamento, no entanto, quando indagados sobre os benefícios de se fazer parte da AFET a maioria teve uma visão pragmática pautada em interesses individuais. Por fim, é importante ressaltar as dificuldades em se medir o Capital Social, explicitadas tanto pela literatura consultada quanto pela dinâmica do trabalho de campo que, no entanto, não impediram a realização desse trabalho.

Palavras- Chave: Associativismo. Capital Social. Confiança.

2. ABSTRACT

This work had as objective the analysis of the construction of Social Capital among members of the Association of employees of the company TCIL-AFET, located in Ubá, Minas Gerais. It is believed in the conceptual assumption that Social Capital, understood with respect,

¹ Bacharela em Cooperativismo pela Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, Brasil. E-mail: cristina.aguiar@ufv.br

² Professor Doutor do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, Brasil. E-mail: ambrosio@ufv.br

reciprocity and cooperation may be potentiated by the constitution and activity of associations. The methodology used the survey technique with questionnaires to employees of the company TCIL, associates AFET. As a result, we noted a high level of confidence, attitudes of support and cooperation, as well as a network of relationships, however, when asked about the benefits of being part of the AFET most had a pragmatic view based on individual interests. Finally, it is important to emphasize the difficulties in measuring Social Capital, explained both by the literature consulted and the dynamics of field work which, however, have not prevented the realization of this work.

Keywords: Association. Social Capital. Trust.

3. INTRODUÇÃO

O conceito de Capital Social e suas diferentes possibilidades de aplicação vêm sendo amplamente apresentado como uma importante linha de análise no contexto atual das ciências sociais. O amplo debate em torno do tema vem ocorrendo por meio de duas principais correntes teóricas: uma que vê o Capital Social como algo pertencente a uma comunidade ou sociedade e outra que analisa esse tipo de capital como algo que pode ser adquirido pelos indivíduos.

Com intuito de atingir os objetivos desse trabalho, adotou-se a segunda corrente teórica, que nesse contexto, caracterizará o Capital Social como laços de confiança, reciprocidade e cooperação entre os indivíduos, visto como parte fundamental das relações sociais, que é a base para a ação coletiva, e um meio para se alcançar os resultados esperados em termos de cooperação e desenvolvimento.

O Banco Mundial é uma das principais instituições que tem buscado continuamente desenvolver um debate teórico sobre o tema. Os economistas dessa instituição acreditam que o fortalecimento do Capital Social é uma alternativa para os excluídos, pois, por meio de uma rede social eles estariam buscando o bem comum. Por isso, essa organização internacional considera importante a sua existência para que os programas de desenvolvimento obtenham sucesso. Nesse debate, o conceito de Capital Social é visto como uma alternativa possível de integrar perspectivas da economia e da sociologia.

Entre os vários aspectos discutidos sobre esse tema está o da mensuração do Capital Social em um determinado ambiente, que tem se constituído em um dos principais entraves ao avanço dessa abordagem conceitual. Schmidt (2003) apresenta algumas variáveis utilizadas por pesquisadores para medir esse tipo de capital, que seriam:

- a) Averiguar o nível de confiança interpessoal e as atitudes favoráveis à cooperação com os outros;
- b) Averiguar a intensidade de relações familiares e de vizinhança, e a participação comunitária e religiosa;
- c) Medir o grau de envolvimento das pessoas em organizações da sociedade civil nas suas diferentes manifestações;
- d) Investigar a dedicação dos cidadãos a atividades de voluntariado e filantropia;
- e) Investigar o grau de compromisso cívico e participação política dos cidadãos.

A discussão sobre a mensuração do Capital Social ainda está inacabada e não existe um padrão na literatura, tendo em vista as diferentes concepções sobre o tema. Mas existe um consenso de que a participação dos cidadãos em associações pode indicar a presença de Capital Social. Ao se unir em associações, os indivíduos procuram atingir determinados objetivos que seriam difíceis ou até impossíveis de serem obtidos individualmente. De acordo com Carmo (2000), as associações partilham como denominador comum a tentativa de conciliação entre as ações dirigidas para “dentro” do grupo e aquelas que permitem a adaptação ao meio.

A confiança que se cria entre os atores que participam de uma rede de relacionamento é fundamental para a formação e o fortalecimento do Capital Social, e que essa confiança permite uma interação entre os indivíduos possibilitando que os ganhos coletivos sejam maiores que os individuais (FILHO 2007, p. 55).

Deste modo, motivada por esta questão conceitual, essa pesquisa tem por escopo analisar empiricamente se a Associação dos Funcionários da Empresa TCIL (AFET), situada na cidade de Ubá – MG contribui na formação e no fortalecimento do Capital Social de seus associados. É válido ressaltar que a escolha dessa associação não se deu ao acaso, mas sim, por ela possuir uma característica que a diferencia das demais associações, principalmente pelo fato dela ser uma instância de representação dos funcionários dentro de uma empresa.

4. OBJETIVOS

4.1. Geral

Analisar como a Associação dos Funcionários da Empresa TCIL (AFET) situada na cidade de Ubá – MG contribui para a formação e o fortalecimento do Capital Social de seus associados.

4.2. Específicos

- a) Pesquisar a relação teórica entre Capital Social e associativismo;
- b) Identificar e analisar o papel exercido pela Associação dos Funcionários da Empresa TCIL na formação e no fortalecimento do Capital Social;
- c) Analisar a percepção que os associados possuem sobre o conceito Capital Social.

5. REFERENCIAL CONCEITUAL

No decorrer desse tópico serão abordados temas significativos para o entendimento geral dos conceitos de Capital Social e associativismo, bem como a relação entre eles. Em um primeiro momento, a ênfase será atribuída ao entendimento do Capital Social, desde sua origem até uma análise efetiva do seu contexto atual, de forma a ressaltar os modelos de tratamento que vêm sendo empregados, ultimamente, no campo das ciências sociais. Nesse contexto, serão destacados os principais autores que iniciaram estudos e despertaram algum tipo de interesse no tema, e contribuíram assim para a nossa discussão. Posteriormente, a discussão se voltará para o associativismo, a partir do qual procuraremos entender sua origem, suas funções e suas características. Por fim, será tratado o inter-relacionamento entre Capital Social e associativismo, e as consequências da junção dessas duas variáveis.

5.1. Capital Social

O conceito de Capital Social embora recente no campo das ciências sociais ganhou destaque entre as discussões acadêmicas para analisar a ocorrência de ação coletiva, associativismo, cooperação, além de ser usado como instrumento de avaliação da capacidade e da qualidade governamental. Autores como Pierre Bourdieu, James Coleman, Robert Putnam, Francis Fukuyama, dentre outros, são referência para o entendimento desse conceito.

Segundo D'Araújo (2003) o conceito de Capital Social foi empregado inicialmente por Lyda Judson em 1916, referindo-se aos centros comunitários de escolas rurais, onde foi observado que a pobreza era acompanhada da diminuição da sociabilidade e das relações de vizinhança entre os indivíduos.

Em 1950, esse conceito foi utilizado novamente por sociólogos canadenses entre eles John Seeley para demonstrar que a participação em clubes e em associações permitia que os moradores suburbanos tivessem acesso a bens e a direitos, ainda que simbólicos.

Analogamente, Jane Jacobs buscou mostrar em sua obra “A morte e a vida das grandes cidades” a importância das redes informais de sociabilidade e como essas redes contribuíam para a segurança pública das capitais (IDEM).

Em 1970, o conceito foi utilizado pelo economista Glenn Loury e pelo sociólogo Ivan Light, onde ambos analisaram os problemas do desenvolvimento econômico nas cidades americanas. Embora não tenham detalhado o conceito, o Capital Social era visto como relações de confiança, com o objetivo de melhorar os recursos individuais (IBIDEM).

Contudo, foi no final dos anos 1980 que o conceito de Capital Social entrou para academia, por meio de dois artigos do sociólogo americano James Coleman. O primeiro fazia referência ao papel desenvolvido pelas normas sociais que conduziam o comportamento do indivíduo, e o segundo definia o Capital Social por sua função. (IBIDEM).

Por fim, surgiram as contribuições de Robert Putnam que vieram mostrar a relação entre o Capital Social e a sociedade civil na Itália e do economista Francis Fukuyama que relacionava a prosperidade econômica, a cultura e o Capital Social.

Acredita-se que o conceito de Capital Social se desenvolveu pela necessidade de se buscar entender o inter-relacionamento e o grau de complexidade das relações sociais, com vistas a dar sentido à presença e à qualidade dessas relações. Não existe uma única definição que possa ser considerada correta, pois, esse conceito apresenta uma natureza multidimensional. Segundo D’Araújo (2003) esse conceito é “sedutor” e gera dúvidas metodológicas.

Segundo Neves e Helal (2007), o conceito de Capital Social vem sendo discutido por meio de duas correntes teóricas. Para a primeira, o Capital Social é característica de uma comunidade ou sociedade. Essa corrente enfatiza a confiança e acredita que a formação desse tipo de capital se dá somente através da esfera coletiva. Como representantes dessa corrente temos os seguintes autores: Robert Putnam, James Coleman e Peres. Os seguidores dessa corrente acreditam que o Capital Social é um conjunto de elementos como confiança mútua, cooperação e participação que deve transpor o individualismo e buscar um bem coletivo.

A segunda corrente teórica enfatiza que o Capital Social é uma característica que pode ser adquirida pelo indivíduo e que este a adquire e a usa para seu benefício. Como representantes dessa corrente temos os seguintes autores: Pierre Bourdieu, Alejandro Portes e Granovetter. Essa corrente procura mostrar a importância das redes de relacionamento, pois, segundo Portes (2000) para que o indivíduo adquira Capital Social é preciso que ele se relacione com outros indivíduos.

Para a construção dessa pesquisa, foram adotados os diferentes conceitos dos autores que se embasaram na primeira corrente teórica. Para essa corrente, o Capital Social consiste em um bem comunitário, o qual supõe a existência de grupos homogêneos com valores e interesses comuns. No entanto, esta perspectiva teórica não considera a desigualdade na distribuição e na reprodução do poder ou mesmo a reprodução das desigualdades sociais, como podemos perceber nos discursos dos autores.

Segundo Coleman (1988 citado por Santos e Baqueiro, 2007), o Capital Social é um conjunto de elementos em uma estrutura social e não apenas características individuais. Essas estruturas contribuem para o alcance do objetivo comum, sendo a confiança no grupo fundamental.

Do mesmo modo, Putnam (2006) define Capital Social como um bem comunitário, vindo se referir às organizações sociais, incluindo as redes, as normas e a confiança, que geram a cooperação para o benefício mútuo. Ainda para esse autor, o Capital Social só é formado quando se tem situações favoráveis para o seu desenvolvimento, e que sua presença “facilita a cooperação espontânea”.

Similarmente, Fukuyama (1996 citado por Santos e Baqueiro, 2007) destaca o trabalho em conjunto, com vistas à existência de valores informais e normas compartilhadas, e ressaltar a importância da cooperação. Para esse autor, Capital Social está ligado às relações sociais entre os indivíduos que constituem uma sociedade, de modo a promover um ambiente de cooperação mútua, visando o bem estar coletivo e não apenas o bem estar individual.

É válido ressaltar que, tanto Putnam como Fukuyama compartilham a ideia de que para se alcançar a prosperidade é necessária a presença da confiança, e que esta é fundamental para a existência do Capital Social.

De forma análoga, D'Araújo (2003) e Furlanetto (2008) caracterizam o Capital Social como a “cola” ou a “argamassa” que mantém as instituições em contato, vinculando-as ao cidadão, com o objetivo de produzir o bem comum, além de unir os atores em diversas relações sociais.

No entanto, para Moraes (2003), as relações sociais que formam o Capital Social precisam ser institucionalizadas e esse tipo de capital busca dar significado à presença e à qualidade dessas relações.

Contudo, para o Banco Mundial (1997) não são todas as relações institucionalizadas que formam o Capital Social, mas somente aquelas relativas às características da organização social que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade facilitando assim as ações coordenadas.

Diferente dos demais capitais, o Capital Social pertence a uma categoria que apresenta características bastantes particulares. Para Moreira et al (2008) quanto mais se utiliza o Capital Social mais ele se expande, pois ele é um bem intangível, público e que não se deprecia; ele não é homogêneo nem estático e se manifesta de diversas maneiras. Da mesma forma, Furnaletto (2008), acredita que quanto mais se usa o Capital Social mais ele se multiplica.

De acordo com o Banco Mundial (1997), o Capital Social subdivide-se em três dimensões, as quais seriam: Capital Social de Ligação, Capital Social de Ponte e Capital Social de Conexão.

O Capital Social de Ligação, composto pelas ligações entre pessoas que compartilham características demográficas similares, são conexões entre indivíduos de uma família, amigos próximos, vizinhos, dentre outros. O Capital Social de Ponte, formado da união entre pessoas de diferentes origens étnicas ou profissionais, são conexões horizontais que unem pessoas com poderes políticos e *status* econômicos comparáveis. O Capital Social de Conexão, por fim, é composto pela ligação entre as pessoas da classe pobre e aquelas que detêm posições influentes em organizações formais.

Independente da dimensão em que ocupa, o conceito de Capital Social é amplo e seu entendimento complexo. Coleman e Bourdieu ressaltam a intangibilidade do Capital Social em comparação com outras formas de capital; enquanto o capital econômico se encontra em contas bancárias e o capital humano dentro da cabeça das pessoas, o Capital Social reside na estrutura das relações sociais, ou seja, para adquirir Capital Social, o indivíduo precisa se relacionar com outros indivíduos.

As fontes e as consequências do Capital Social são as mais diversas possíveis. De acordo com o Banco Mundial (1997), as fontes desse tipo de capital dentro do contexto de desenvolvimento econômico-social são: as famílias, as comunidades, as firmas, a sociedade civil, o setor público, dentre outros.

Estudos empíricos têm mostrado que o conceito vem sendo utilizado para analisar diferentes fatores como o desempenho acadêmico, a empregabilidade, a mobilidade ocupacional, a delinquência juvenil, entre outros (PORTES 1998).

Até mesmo uma instituição como o Banco Mundial, vem promovendo o conceito de Capital Social como uma grandiosa fonte de inspiração para a construção de políticas de desenvolvimento. Segundo os analistas dessa instituição, existem sociedades privilegiadas onde “brotam mananciais” de cooperação e de autogestão que permitem atingir, de forma mais rápida e eficiente os objetivos do desenvolvimento.

No entanto, em outras sociedades menos prósperas, as fontes da cooperação estariam interrompidas por práticas culturais guiadas pela corrupção e pelo individualismo. Diante da análise, fica evidente que esta instituição oferece vantagens aos indivíduos, famílias ou grupos que estão mais bem relacionados. Por isso, o interesse do Banco Mundial em incorporar as considerações sobre Capital Social dentro de seu projeto de empréstimo e consultoria em políticas públicas.

Todavia, devemos nos atentar, pois, o conceito de Capital Social tem nos levado ao entendimento que ele seria um remédio contra todas as mazelas sociais. Segundo D'Araujo (2003, p.7) "o conceito de Capital Social, se mal apreendido, superdimensionado ou focado de maneira messiânica, pode também vir a ser desqualificado". Ainda para essa autora, quando esse conceito é bem definido ele pode ser usado como um importante instrumento conceitual e prático para a concretização de políticas públicas, para o desenvolvimento sustentável e para a revitalização da sociedade civil e da democracia.

5.2 Associativismo

O associativismo é uma forma de cooperação que foi utilizada com o propósito de encontrar soluções para problemas que não eram resolvidos individualmente. Esta ajuda mútua entre os homens vem desde a antiguidade, quando se vivia em comunidades naturais de forma coletiva, ou seja, a cooperação se caracterizava como um princípio básico da humanidade, que acompanha o homem em praticamente toda sua caminhada sobre a Terra.

Para Jesus e Tiriba (2003), o termo cooperação tem o significado semântico de ato de cooperar, ou operar simultaneamente, trabalhar em comum e colaborar, em oposição à perspectiva individualista, indicando um sentido de movimento coletivo. Para Zamberlam e Froncheti (1992) a cooperação é uma forma de organização de trabalho existente que pode ser encontrado em todas as formas sociais, desde a época do modo de produção comunal primitivo até o modelo econômico capitalista atual. Os primórdios do associativismo brasileiro, segundo Barrios (1995), estão ligados à imigração de povos europeus, principalmente de origem germânica, pois, a partir de 1824, os imigrantes começaram a trabalhar no sul do Brasil. Eles vieram estimulados pela política imperial de ocupação rápida das grandes áreas vazias dos estados do sul.

O ato de organizar-se surge da incapacidade individual de resolver problemas que parecem ser superiores às habilidades ou às aptidões dos indivíduos. A reunião de esforços,

daqueles que vivem situações semelhantes, torna-se uma forma eficaz para criar alternativas para o enfrentamento e a busca de soluções para os diversos problemas vigentes.

O associativismo, em sentido amplo, compreende toda iniciativa formal ou informal por meio da qual um grupo de pessoas ou de instituições busca realizar determinados interesses comuns sejam eles econômicos, sociais, políticos ou culturais. Segundo Wautier (2001, p. 27) “o mundo associativo moderno, é, pois, uma pluralidade de lugares e de formas de ação.” Ele ao tornar permanente o esforço para reunir ações e recursos do grupo pode gerar um contrato jurídico e, conseqüentemente, uma associação.

Podemos definir associação como uma forma de organização por meio da qual um grupo de pessoas ou instituições busca realizar determinados interesses comuns. Em outras palavras, associação é um grupo organizado de forma permanente, que se estrutura em torno de interesses comuns ou similares relativos a questões espirituais, científicas, ideológicas, sociais, culturais ou meramente econômicas. A associação se distingue de outras entidades pela dupla identidade dos associados, que são ao mesmo tempo donos e usuários da associação. Como donos, eles devem tornar seu negócio rentável e competitivo dentro de seu ramo de atividade e como usuários, eles devem definir o tipo e a qualidade dos serviços a serem prestados. Dentre as principais características das associações, estão:

- a) Reunião de duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas para a realização de objetivos comuns;
- b) Seu patrimônio é constituído pela contribuição dos associados, por meio de doações, subvenções, etc;
- c) Os associados deliberam livremente em Assembleia Geral, tendo cada associado direito a um voto;
- d) São entidades de direito privado.

Como função desse tipo de organização Barros (1994) cita:

- a) O aumento da eficiência no esforço do grupo;
- b) O aumento do rendimento;
- c) A diminuição do esforço de cada participante;
- d) A divisão do trabalho ou das operações a serem realizadas;
- e) A integração e o estímulo à interdependência dos indivíduos dentro da organização.

Essas organizações coletivas procuram tomar iniciativas de cooperação, que se destinam explicitamente a superar a marginalidade em vários planos - técnico, econômico, político,

social, entre outros. Transformar a participação individual em participação grupal e comunitária é um mecanismo que adiciona capacidade produtiva e comercial a todos os associados, colocando-os em melhor situação para viabilizar suas atividades (SILVEIRA, 1992).

5.3. Relação entre Associativismo e Capital Social

Uma das formas de organização da comunidade e de promoção do Capital Social advém da constituição de associações. Segundo Putnam (2006, p.103-104),

“(...) as associações contribuem para a formação de um governo democrático, eficiente e estável, pois, esse tipo de organização causa efeitos ‘internos’ nos indivíduos como hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público e efeitos ‘externos’ na sociedade que seria a articulação e a associação de interesses.”

Putnam (2006) ainda defende que os diferentes tipos de associações, como a de moradores, as associações culturais, os clubes esportivos, as cooperativas, enfim, todas as organizações voluntárias, possuem em comum a adesão livre por parte dos indivíduos e o desenvolvimento de interações baseadas em relações horizontais. Deste modo, elas são redes que possibilitam a emergência do compromisso cívico, um elemento essencial à construção de Capital Social.

Similar à ideia de Putnam (2006), Viegas (2004), acredita que os efeitos democráticos das associações expressam-se tanto no nível público como no nível individual:

As associações canalizam para a esfera pública informações, reivindicações e orientações normativas e valorativas que permitem enriquecer o processo deliberativo. Os efeitos a nível individual, nomeadamente a transformação da consciência social e política, são também o resultado desta discussão pública. (VIEGAS, 2004, p.37)

O Capital Social pode ser desenvolvido pela cultura e educação, contribuindo para os comportamentos participativos e cidadãos. Nesse debate são apontadas três variáveis principais que seriam: a confiança, a cooperação e a participação.

A confiança sustenta a previsibilidade das relações sociais, que contribui para gerar a cooperação entre as pessoas. A cooperação, por sua vez, sustenta a confiança e a reciprocidade entre os membros das associações e desenvolve a participação em associações voluntárias.

A confiança que se cria entre os atores que participam de uma rede de relacionamento como as associações é fundamental para a formação e o fortalecimento do Capital Social. A

participação em associações seria o elemento catalisador para a geração dessa confiança que é característica fundamental do Capital Social (NAZARRI, 2004).

A confiança permite uma interação entre os indivíduos possibilitando que os ganhos coletivos sejam maiores que os individuais (FILHO, 2007).

A operacionalização do conceito de Capital Social tem sido feita por alguns autores por meio da utilização de variáveis indicadoras da participação dos indivíduos em grupos e organizações coletivas. Segundo Schiff (2000) a participação em grupos e em organizações cívicas formais é um aspecto do Capital Social.

É importante ressaltar que a operacionalização desse conceito, por meio da variável participação em associações, leva em consideração a importância dos laços fracos, termo formulado por Granovetter em 1973 para mostrar o poder da influência indireta dos relacionamentos externos ao círculo imediato da família e dos amigos próximos (IDEM).

Como uma análise final, indagar se o associativismo permite construir Capital Social e se este produz efeito positivo para a vida em comunidade envolve-se com a questão de saber como é possível a uma dada sociedade manter-se coesa, quando se tem a diversificação de interesses dos grupos que a constituem e a forma como expressam as “políticas de identidade”, que questionam uma suposta homogeneidade integradora e propiciadora de ordem social (ALBUQUERQUE, 2008).

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa seção é dedicada a descrever a forma como a pesquisa se desenvolveu. Por meio da exposição detalhada dos passos seguidos, ela visa dar ao leitor subsídios para a compreensão e o entendimento do trabalho desenvolvido. Segundo Strauss & Corbin (1998), o método de pesquisa é um conjunto de procedimentos e técnicas utilizado para se coletar e analisar os dados. Ele fornece os meios para se alcançar o objetivo proposto, ou seja, são as “ferramentas” das quais fazemos uso na pesquisa, a fim de responder nossa questão.

6.1. A organização em estudo

Localizada dentro da sede da empresa TCIL está a Associação dos Funcionários da Empresa TCIL (AFET). Ela foi criada no ano de 2010 pelos próprios funcionários, devido às necessidades que surgiam, como, a necessidade de empréstimo financeiro, a necessidade de criação de uma área de lazer, entre outras. Para suprir esses desejos, dez (10) funcionários

levaram a ousada proposta à administração da empresa, que depois de analisada não só aceitou como deu todo o apoio necessário: jurídico, contábil e, principalmente, financeiro.

A associação funciona dentro da empresa de móveis TCIL, que é uma das maiores e mais importante indústria da cidade. Essa empresa tem como missão produzir móveis de qualidade, com alta tecnologia e *design* moderno. Ela objetiva o crescimento contínuo no ramo moveleiro e esta preocupada sempre com a satisfação de todos os clientes.

A empresa está situada na cidade de Ubá, que é considerada um dos principais centros econômicos da Zona da Mata mineira, sendo também uma importante cidade no âmbito cultural e na formação técnica e superior da região.

O município de Ubá concentra indústrias de vários portes, principalmente, na área de móveis e confecções, cujo total ultrapassa um mil (1000) estabelecimentos. É um dos municípios que mais crescem no interior do estado, sendo assim um dos que mais criam empresas e geram empregos. A cidade é o maior pólo moveleiro de Minas Gerais e ocupa o terceiro lugar no *ranking* nacional, além de se firmar como pólo regional de confecção.

O município sedia uma das principais feiras de móveis do país, a Feira de Móveis de Minas Gerais – FEMUR. O Arranjo Produtivo Local (APL) do segmento moveleiro é referência nacional em organização e desenvolvimento.

6.2. Amostra

Foram sujeitos da pesquisa vinte e cinco (25) associados da AFET. A amostragem caracterizou-se por ser do tipo não probabilística por acessibilidade. A empresa disponibilizou um espaço e alguns horários estratégicos para que a pesquisadora coletasse os dados. Assim era explicado o objetivo da pesquisa e feito o convite para aqueles que pudessem participar e contribuir com as informações.

6.3. Natureza e finalidade da pesquisa

Esta pesquisa se caracteriza por apresentar uma natureza quantitativa. Esse tipo de pesquisa considera que as informações podem ser quantificadas, o que significa traduzir em números, as opiniões e as informações para classificá-las e analisá-las. Segundo Lakatos (2003), a razão para se conduzir uma pesquisa quantitativa é descobrir quantas pessoas de uma determinada população compartilham uma característica ou um grupo de características.

De acordo com sua finalidade, a pesquisa se caracteriza como do tipo descritiva. Segundo Gil (2008), as pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição das características de uma população, de um fenômeno ou de uma experiência. Esse tipo de pesquisa pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza.

A grande contribuição das pesquisas descritivas é proporcionar novas visões sobre uma realidade já conhecida (VERGARA, 2005).

6.4. Instrumento de coleta de dados

A coleta dos dados necessários para a realização do estudo se deu por meio da aplicação de um questionário. Eles foram impressos e entregues pessoalmente.—A opção por este instrumento foi pelas seguintes razões: custo mais baixo, padronização das perguntas e manutenção do anonimato dos respondentes.

O questionário foi dividido em duas seções. A primeira seção continha perguntas de classificação, que segundo May (2004), consiste na parte “personalizada” do questionário, na qual se encontram informações de identificação, como, idade, sexo, escolaridade. A segunda seção trouxe perguntas abertas e fechadas, que procuraram atender aos objetivos propostos por essa pesquisa.

Para a elaboração dos questionários, adotou-se como ferramenta de auxílio o Questionário Integrado para Medir Capital Social – QI-MCS, elaborado pelo Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 1997).

Esse questionário tem como objetivo fornecer um conjunto de questões essenciais do tipo *survey* para todos os interessados em gerar dados quantitativos sobre as várias dimensões do Capital Social (GROOTAERT. et al. 2003).

6.5. Instrumento de Pesquisa do Banco Mundial – O QI-MCS

O Banco Mundial é uma das principais instituições que vem, constantemente, desenvolvendo um debate teórico sobre Capital Social. Para esta instituição, o Capital Social é visto como uma alternativa possível de associação entre aspectos da economia e da sociologia.

A construção do QI-MCS se deu a partir de *surveys* anteriores sobre Capital Social, onde as questões demonstraram confiabilidade, validade e utilidade. Segundo Grootaert et al. (2003), o questionário passou pelas contribuições e críticas de um painel externo de consultores especializados, além de ter sido testado em campo.

Entretanto, os autores chamam atenção, pois, de acordo com eles, nem todas as questões enumeradas poderão ser úteis em todos os lugares nem todas as enunciações de uma questão em particular poderão ser apropriadas para todos os contextos e/ou facilmente traduzidas para outras línguas. Além disso, várias questões de importância local talvez precisem ser acrescentadas.

Devido a essas particularidades, depois da consulta feita a outros trabalhos de tipo *survey* sobre Capital Social, foram feitas algumas adaptações na metodologia do questionário QI-MCS, com o intuito de adequá-lo aos objetivos propostos pela pesquisa.

7. ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

Para o tratamento dos dados foi utilizado o programa SPSS 15.0, onde foi retirada a frequência dos dados e foi realizado o cruzamentos entre eles. Para as questões abertas utilizou-se a técnica de análise do conteúdo.

Os dados quantitativos obtidos a partir da tabulação do questionário foram divididos e analisados conforme a disposição do questionário

Para a análise dos resultados foram adotados como parâmetro os três indicadores básicos de Capital Social adotado pelo QI-MCS que são: a participação em associações e redes, a confiança e a adesão a normas e à ação coletiva.

Esses três tipos de indicadores avaliam o Capital Social a partir de diferentes óticas. A participação em associações e redes é considerada um indicador de entrada de Capital Social, pois, as associações e redes são vistas como meios que podem acumular esse tipo de capital. A confiança pode ser vista como um indicador de entrada ou de produção de Capital Social. A ação coletiva é um indicador de produção de Capital Social (GROOTAERT et al, 2003).

Além dos indicadores propostos pelo QI-MCS, serão adotados como auxílio para a análise dos dados, algumas categorias e parâmetros propostos por Costa (2007) em sua dissertação de mestrado, que foi feita por meio de leituras e discussões teóricas e metodológicas acerca do conceito e das formas de aplicação do Capital Social.

A seguir, na Tabela 1, encontra-se delimitado o conjunto de categorias e parâmetros utilizados para análise do Capital Social.

Tabela 1- Categorias e Parâmetros utilizados para análise do Capital Social.

CATEGORIAS	PARÂMETROS
Participação das pessoas nas instituições locais	Quanto maior a participação maior a possibilidade de existência de Capital Social (CS).
Participação por gênero	Quanto mais equitativo o percentual maior a possibilidade de CS.
Participação por faixa- etária	Quanto mais equitativo o percentual maior a possibilidade de CS.
Participação do líder	Quanto maior a participação do líder maior a possibilidade de CS.
Influência dos líderes	Quanto mais ativa a participação dos líderes maior o CS.
Apoio e solidariedade	Quanto maior for o nível de relacionamento entre as pessoas e maior forem às atitudes de apoio e solidariedade entre os membros da comunidade e esses com as instituições, maior será o nível de Capital Social.
Confiança	Quanto maior for o nível de confiança demonstrada entre os atores locais maior também será a existência de Capital Social.
Liderança Organizacional	Quanto mais pessoas puderem ocupar a posição de líder, mais pessoas participarem das organizações, maior representatividade terá essa organização e maior Capital Social.

Fonte: Adaptado pelos autores com base em Costa (2007).

8. RESULTADOS E DISCUSSÕES

8.1. Perfil dos entrevistados

Em um primeiro momento, analisaram-se os aspectos pertinentes ao perfil da amostra estudada. Neste item, foram elencadas variáveis pertinentes que relatam resumidamente o perfil dos entrevistados, a fim de que se tenha um conhecimento prévio da amostra. Nesse sentido, foi dado ênfase para os seguintes pontos: gênero, idade, escolaridade e cargo desempenhado na empresa. Podemos ver os resultados na Tabela 2 que se encontra abaixo.

Tabela 2- Perfil dos entrevistados, TCIL, Ubá- MG, 2012.

Variáveis		Quantidades de Entrevistados
Sexo	Feminino	3
	Masculino	22
Idade	De 18 a 30 anos	8
	De 30 a 50 anos	16
	Acima de 50 anos	1
Escolaridade	De 1ª a 4ª série	5
	De 5ª a 8ª série	8
	2º grau completo	3
	Ensino Superior completo	2
	Sem resposta	7

Cargo		
	Área administrativa	3
	Produção	19
	Apoio	2
	Manutenção	1

Fonte: Dados da Pesquisa (2012)

Do total dos entrevistados, verificou-se um percentual de 88% de homens e apenas 12% de mulheres. O perfil dos colaboradores da empresa TCIL é formado por um público jovem, pois, 64% dos entrevistados encontram-se na faixa etária de 30 a 50 anos, 32% de 18 a 30 anos e apenas 4% dos entrevistados possui acima de 50 anos.

Essa categoria buscou conhecer as pessoas mais participativas a partir das suas faixas etárias. Esta análise se faz importante devido ao fato de o Capital Social ser influenciado pelos vários atores sociais envolvidos. A interação entre as diversas faixas-etárias na busca pelo objetivo comum e o conhecimento de que juntas facilitarão o alcance de benefício mútuo possibilita uma série de ações mais eficazes e dinâmicas para ações mais integradas e participativas na localidade.

Na relação faixa-etária e Capital Social, autores como Putnam (1995) e Glaeser et al. (2002) correlacionam positivamente essas duas variáveis. Na concepção de Putnam (1995) altos níveis de engajamento social se encontram em pessoas com mais idade.

Em relação à escolaridade, a maior parte da amostra, 32% apresenta-se na faixa escolar entre 5ª a 8ª série, 20% apresentam-se na faixa de 1ª a 4ª série, 12% apresentam-se na faixa do 2º grau completo, 8% possuem curso superior completo, e 28% dos entrevistados não responderam essa questão.

A socialização política tem um papel fundamental na estruturação de atitudes e comportamentos dos cidadãos. Conhecimento e informações, confiança interpessoal, reciprocidade, cooperação e interesses coletivos são importantes valores do Capital Social, os quais podem ser ampliados e transmitidos no cotidiano dos cidadãos por meio da educação escolar (ROTHSTEIN, 2001).

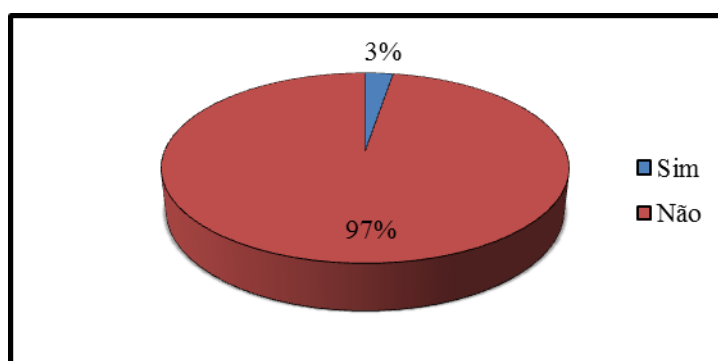
As boas políticas de educação poderiam contribuir para promover nos cidadãos índices favoráveis de Capital Social, pois, autores como Putnam (1995) e Glaeser et. al. (2002) asseveram que a educação é uma determinante-chave na atitude e no comportamento das pessoas, vindo possuir assim, uma associação positiva com o Capital Social.

Em relação ao cargo desempenhado pelos entrevistados, essa variável foi dividida em quatro categorias. A primeira foi designada de área administrativa, que englobou os auxiliares

de contabilidade e auxiliar administrativo, contador, secretária e comprador. Essa categoria representou 12 % dos entrevistados. A segunda categoria foi a de produção que englobou auxiliar de produção, operador, empilhador, pintor, embalador, acabamento e almoxarifado. Essa categoria representou 76% dos entrevistados. A terceira categoria foi classificada como apoio e englobou faxineiros e porteiros. Essa categoria representou 8% dos entrevistados. A quarta categoria foi classificada como manutenção e englobou chefe de manutenção e encarregado de sessão. Essa categoria representou 4% dos entrevistados.

Foi perguntado aos associados se além da AFET eles participam de outra associação ou grupo. No que se refere à participação dos membros da AFET em outras instituições, verificou-se um nível reduzido de participação, pois, apenas 3% dos associados participam de outro grupo além da AFET, como pode ser visto na figura 1.

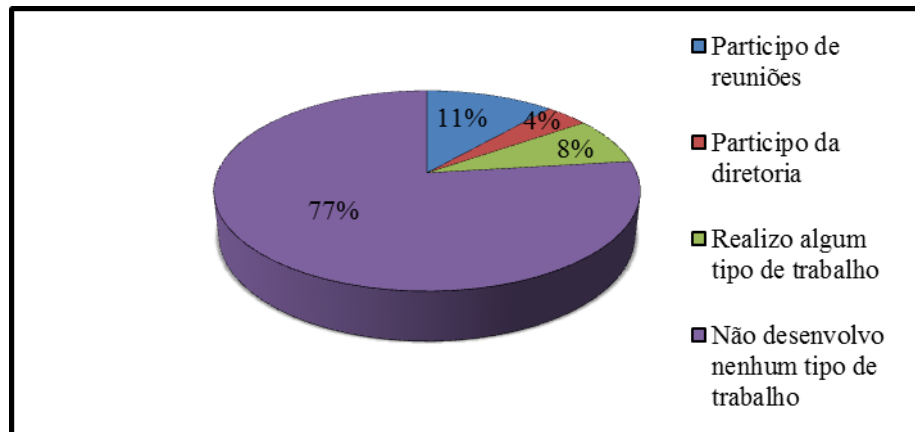
Figura 1 – Participação em outras associações ou grupos além da AFET. TCIL, Ubá- MG, 2012.



Fonte: dados da pesquisa (2012).

Também foi constatada a participação dos associados nas atividades da AFET e verificou-se um baixo envolvimento dos associados nas atividades desenvolvidas no âmbito interno da associação. Dos 25 associados, 77% disseram não desenvolver nenhum tipo de trabalho na associação, 11% disseram participar das reuniões da AFET, 8% disseram realizar algum tipo de trabalho na associação, e apenas 4% participam da diretoria (Figura 2).

Figura 2- Participação nas atividades da AFET. TCIL, Ubá- MG, 2012.



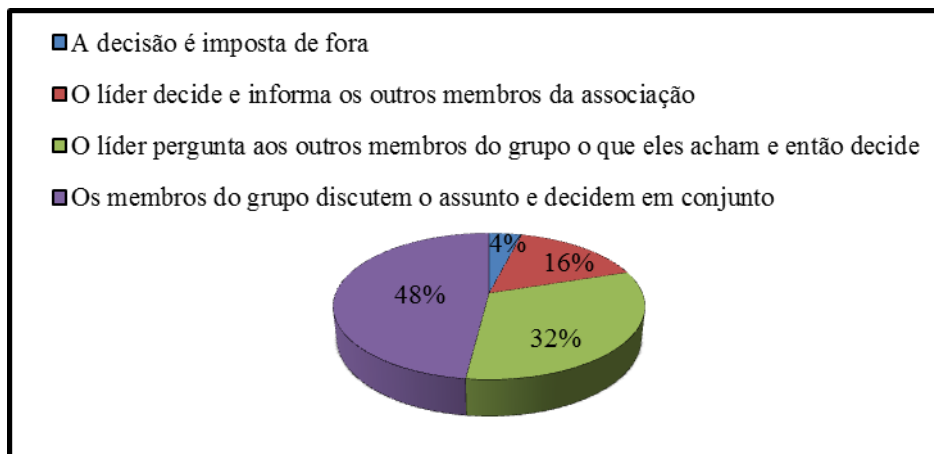
Fonte: dados da pesquisa (2012).

O nível de participação nas associações é considerado um índice importante para a análise de Capital Social. Segundo Grootaert et al. (2003), ele é considerado um indicador de entrada de Capital Social. Essa categoria (“participação das pessoas nas instituições locais”) proposta pelo QI-MCS e proposta por Costa (2007), está voltada para a natureza e a extensão do envolvimento das pessoas, as contribuições que essa interação poderá ocasionar para a comunidade em geral e a diversidade de associações que detêm o engajamento da população.

As formas e as intensidades de participação das pessoas nas instituições locais criam melhores condições de funcionamento dessas instituições, a partir de múltiplas formas de parcerias com a sociedade e a partir de necessidades e interesses comuns, aproveitando demandas e oportunidades capazes de gerar benefícios mútuos (COSTA, 2007).

Quanto ao processo de tomada de decisão, 48% dos participantes da pesquisa disseram que, primeiramente, os membros do grupo discutem o assunto e, posteriormente, decidem em conjunto; 16% disseram que o líder decide e depois informa aos outros membros da associação e 4% disseram que a decisão é imposta de fora (Figura 3).

Figura 3 - Processo de tomada de decisão. TCIL, Ubá- MG, 2012.

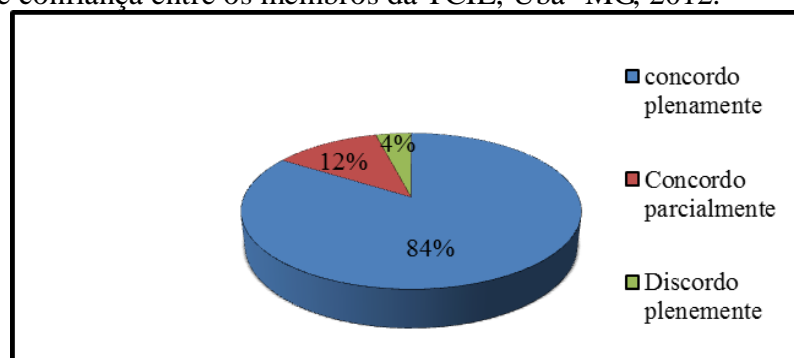


Fonte: dados da pesquisa (2012).

A maioria dos associados afirma que o processo decisório ocorre de forma democrática, sendo que, primeiramente se discute o assunto para depois se tomar a decisão. Por ser uma organização de pessoas e não de capital, e devido ao fato do sócio ser ao mesmo tempo dono e usuário da associação, a decisão tomada em conjunto de forma democrática é uma característica marcante nesse tipo de organização.

Em relação ao nível de confiança entre os membros da associação, foi feita a seguinte pergunta aos associados: “O (a) senhor (a) diria que se pode confiar mais nas pessoas que também fazem parte da AFET em relação àquelas que não participam?” Verificou-se que 84% dos associados afirmaram que concordam plenamente com essa afirmação, 12% disseram concordar parcialmente e 4% discordam plenamente. Estes dados podem ser vistos na figura 4.

Figura 4 - Nível de confiança entre os membros da TCIL, Ubá- MG, 2012.



Fonte: dados da pesquisa (2012).

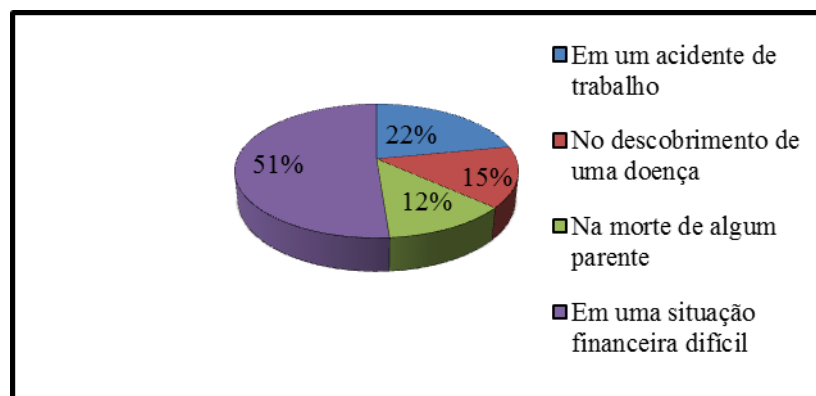
Por meio das respostas a esta pergunta foi possível observar a existência de laços de confiança mútua entre os associados. A confiança é um conceito abstrato e difícil de medir, pois, essa palavra pode significar coisas diferentes para pessoas diferentes.

O Capital Social se fundamenta nas relações entre os atores sociais que estabelecem obrigações e expectativas mútuas, para estimular a confiabilidade nas relações sociais, de forma a prevalecer a cooperação sobre a competição. Isso se dá pelo fato de que, a acumulação de Capital Social depende da capacidade de cooperação, que, por sua vez, depende do desenvolvimento nas pessoas, nos grupos e nas organizações de uma virtude social chamada confiança.

A confiança é uma categoria de grande importância, por ser uma das partes essenciais do Capital Social, proporcionando uma comunidade integrada (COSTA, 2007). Sendo assim, deduz-se dessa conceituação que quanto maior for a capacidade dos cidadãos de confiarem uns nos outros, para além de seus familiares, maior será o volume de Capital Social (FUKUYAMA, 1996).

Ao verificarmos em quais situações os associados acreditam que poderiam contar com o apoio dos demais associados, constatamos que existe na associação uma cultura de ajudar alguém, principalmente, no que se refere à questão financeira, pois, 51% dos entrevistados disseram que podem contar com o apoio dos demais associados em uma situação financeira difícil. Esse dado pode estar relacionado ao processo de constituição da associação, que tinha como objetivo principal a aquisição de empréstimo financeiro. Em segundo lugar, 22% disseram que podem contar com o apoio dos demais associados em um acidente de trabalho; em terceiro lugar, 15% referiram-se à ajuda quanto ao descobrimento de uma doença e, por fim, 12% com relação à morte de algum parente (Figura 5).

Figura 5 - Situações que poderiam contar com o apoio dos demais associados. TCIL, Ubá-MG, 2012



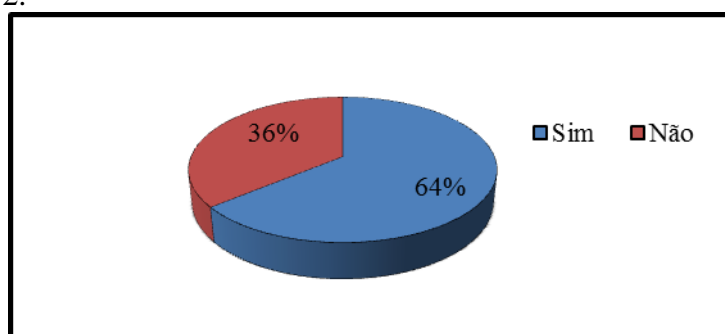
Fonte: dados da pesquisa (2012).

Atitudes de apoio e solidariedade agem como elementos facilitadores da cooperação voluntária, visto que os indivíduos passam a se relacionar com os outros, pelos laços sociais de cooperação, construindo espaços coletivos e despertando para a responsabilidade social e a solidariedade, elementos essenciais para a construção de Capital Social. De um modo geral, a solidariedade abrange um sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, intenções e interesses das pessoas que cooperam (COSTA, 2007).

Percebe-se que existe uma relação próxima entre confiança e cooperação. Franco (2000, p.104) nos diz que: “a confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação, sendo que a própria cooperação gera confiança”.

Perguntamos aos associados se eles se encontram com os demais membros da associação fora do ambiente do trabalho e da associação, e constatamos a presença de uma rede de relacionamento entre os membros fora do ambiente do trabalho e da associação, pois, 64% dos associados afirmaram se encontrar com os demais membros da associação para conversar, jogar bola, e outras atividades; e 36% disseram não se encontrar com os demais membros para realizar qualquer tipo de atividade (Figura 6).

Figura 6 – Encontro com os demais membros da associação fora do ambiente de trabalho. TCIL, Ubá- MG, 2012.



Fonte: dados da pesquisa (2012).

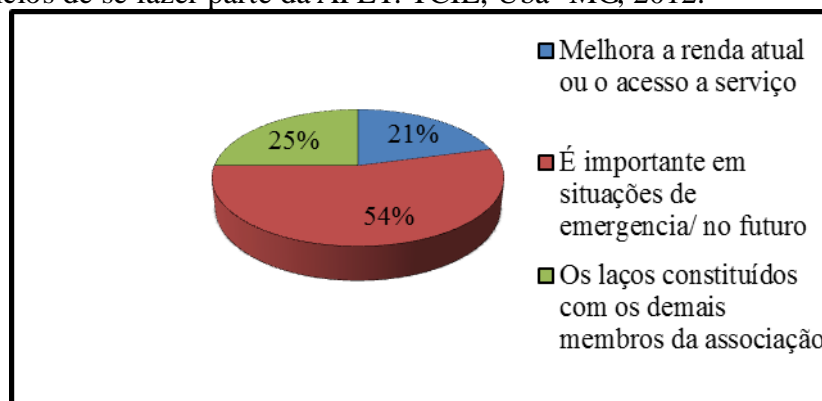
O Capital Social é visto como um componente que procura fortalecer as relações sociais, a fim de melhorar a situação na qual se encontram os indivíduos e alcançar

determinados objetivos que não seriam possíveis sem a sua presença. A ocorrência desse tipo de capital demanda a articulação entre as pessoas, o que o diferencia dos demais capitais.

A capacidade de relacionamento do indivíduo, sua rede de contatos sociais baseada em expectativa de reciprocidade e comportamentos confiáveis, contribui para melhorar a eficiência individual. Autores como Bourdieu, Portes e Granovetter, acreditam que o estoque de Capital Social que um indivíduo possui depende da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar.

Quando indagados sobre os benefícios de se fazer parte da AFET, 54% dos entrevistados disseram que fazer parte da AFET é importante em situações de emergência/no futuro. 25% reconheceram como maior benefício de fazer parte da AFET, os laços constituídos com os demais membros da associação e 21% dos entrevistados disseram que ela melhora a renda atual ou o acesso a algum serviço (Figura 7).

Figura 7 – Benefícios de se fazer parte da AFET. TCIL, Ubá- MG, 2012.



Fonte: dados da pesquisa (2012).

Como nos mostra a Figura 6, apesar de conceitualmente as associações e as demais organizações de caráter voluntário serem apontadas como elementos indicadores da existência de Capital Social em uma determinada comunidade, do ponto de vista dos indivíduos a perspectiva é um pouco diferente. Quando questionados sobre os benefícios decorrentes da participação nas associações, a grande maioria das respostas, 75%, aponta para uma visão estritamente pragmática e voltada para interesses individuais. Apenas 25% das respostas evidenciam certa preocupação com o fortalecimento de laços sociais entre os membros da associação. Tal perspectiva reforça a importância da discussão conceitual envolvendo elementos associados aos chamados dilemas de ação coletiva.

Perguntamos aos associados se eles já ouviram falar em Capital Social: 52% disseram que já ouviram falar da expressão Capital Social e 48% disseram não ter ouvido falar. Aos que

responderam ter ouvido falar de Capital Social, foi solicitado que explicassem o que eles entendiam ser isso. Obtivemos como resposta as seguintes explicações:

- a) É o capital da empresa;
- b) O giro da empresa;
- c) O caixa da empresa;
- d) O dinheiro arrecadado;
- e) Disponibilidade de recursos financeiros;
- f) O Capital Social faz parte do patrimônio da empresa;
- g) O movimento da empresa.

O termo capital refere-se em geral a uma riqueza, a um fundo, a um estoque. Na linguagem dos economistas, capital é um estoque de bens. O capital humano seria um estoque de competências, qualidades e aptidões, ao passo que o Capital Social refere-se a laços de confiança, reciprocidade e cooperação entre os indivíduos (FURLANETTO, 2008). Como se pode observar, os associados caracterizaram Capital Social não no sentido explorado por esta pesquisa, como relação de troca, de reciprocidade, de confiança entre os membros da associação, mas ligaram-no ao termo financeiro, pois todas as palavras usadas para definir Capital Social se referiram à palavra dinheiro ou algum aspecto financeiro da empresa.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou descobrir a relação entre o papel e a importância do associativismo para a formação e o fortalecimento do Capital Social dos integrantes da AFET de Ubá-MG.

Os resultados evidenciaram que a maioria dos colaboradores da empresa TCIL é integrante da associação, no entanto, a maioria não participa de fato das atividades no âmbito interno da associação.

Pôde-se identificar uma rede de relacionamento baseada em confiança e solidariedade entre os membros, pois, a grande maioria afirma confiar mais nas pessoas que também fazem parte da associação em relação àquelas que não são associadas. Eles afirmaram poder contar com o apoio dos demais associados em diferentes situações, mas, principalmente, em uma situação financeira difícil.

A maioria dos associados afirmou nunca ter ouvido falar em Capital Social. Os que afirmaram ter ouvido essa expressão, conceituaram-no a partir do aspecto financeiro e não no

âmbito que foi usado nessa pesquisa, como relação de confiança, troca e reciprocidade.

É importante ressaltar o seguinte fato: a constituição de uma associação de funcionários, com sede própria dentro de uma empresa privada. Por meio desse simples fato, às vezes despercebido durante a realização da pesquisa, é possível observar um indício de Capital Social; uma rede entre esses funcionários, pois, para conseguir a permissão dos diretores para se constituir uma instituição de representação dentro da própria empresa, acredita-se que no mínimo eles estivessem organizados e cooperassem entre si para conseguir esse objetivo. Esse fato abre perspectivas para pesquisas futuras.

É importante ressaltar que desde o início as dificuldades em medir o Capital Social eram claras, no entanto, elas não foram maiores que o desejo de realizar essa pesquisa. Sabemos que a mensuração de elementos imateriais e que se dão nas relações entre indivíduos é sempre uma tarefa arriscada e sujeita a críticas, mas a extensão do desconhecimento atual sobre as questões ligadas ao Capital Social não deve ser vista como um empecilho à pesquisa. Ao contrário, trata-se de um convite àqueles que tenham disposição científica necessária para a exploração desse território.

10. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALBUQUERQUE, Rosana de Lemos de Sousa. **Associativismo, Capital Social e mobilidade. Contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal**. 2008. 581 p. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Aberta, Lisboa. 2008.

BANCO MUNDIAL. **Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)**. 2003.

_____. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial – 1997: o estado em um mundo em transformação**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

BANDEIRA, Pedro. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, Pedro (org). **Determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

BARRIOS, Juan José Pinto. **A participação no cooperativismo agrícola: estudo de caso nacooperativa agrícola de Jaguari – Jaguari - RS**. 1995. 157 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1995.

BARROS, E. V. **Princípios de ciências sociais para a extensão rural**. Viçosa: Editora da Universidade Federal de Viçosa, 1994.

COSTA, Ivani. **O Capital Social como instrumento para viabilização do desenvolvimento local e sustentável: um estudo comparativo entre localidades participantes do pacto “Novo Cariri” dentro do programa SEBRAE – PB / Rede DLIS**. João Pessoa, 2007. 120

p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)- Programa de Pós- Graduação em Engenharia de Produção – Universidade Federal da Paraíba, 2007.

D' ARAUJO, Maria Celina Soares. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

FILHO, Pedro Salanek. **Capital Social e cooperativismo agropecuário no processo de desenvolvimento sustentável local: uma avaliação da região de atuação da cooperativa Copacol**. Curitiba, 2007. 160 p. Dissertação (Mestrado em Organização e Desenvolvimento) – Programa de Pós- Graduação em Organização e Movimento – UNIFAE Centro Universitário, 2007.

FURLANETTO, Egidio Luiz. Instituições e Desenvolvimento Econômico: A Importância do Capital Social. **Revista de Sociologia Política**. v.16, nº Complementar, p. 55-56, Agosto, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo, Atlas, 2008.

JESUS, Paulo de; TIRIBA, Lia. Cooperação. In: CATTANI, A. D.(Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MATOS, H. **Capital social e comunicação: interfaces e articulações**. São Paulo: Summus, 2009.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Capital social e desenvolvimento regional. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (org.). **Capital Social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

MOREIRA, José César Pontes et al. Capital Social como fator de sustentabilidade das cooperativas agroindustriais, estudo de caso. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2008, Rio Branco. Anais **eletrônicos...** Rio Branco, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/905.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2012.

NAZZARI, Rosana Kátia; REULE, Eronice; LAZZARROTO, Elizabeth Maria. **Capital social, desenvolvimento socioeconômico e cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IISeminario/trabalhos/.pdf>>. Acesso em 25 abr. 2011.

NEVES, Jorge Alexandre; HELAL, Diogo Henrique. Associativismo, Capital Social e Mercado de trabalho. In: AGUIAR, Neuma. **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: UFMG. 2007, p. 61-69.

PORTES, Alejandro. Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea. **Sociologia, Problemas e Práticas**. nº 33, 2000, p.133-158.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. 257p.

SANTOS, Everton; BAQUERO, Marcello. Democracia e Capital Social na América Latina: Uma análise comparativa. **Revista de Sociologia e Política**. n. 28: 221-234 junho. 2007.

SCHIFF, M. W. **Labor Market Integrarion in the Presence of Social Capital**. Washington, D.C.: The World Bank, 2000.

SCHMIDT, João Pedro. Capital Social e Participação Política em Santa Cruz do Sul. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (org.). **Capital Social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

SILVEIRA, T. L. N. da. **Organizações de associações**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1992.

VIEGAS, José Manuel Leite. Implicações democráticas das associações voluntárias: O caso português numa perspectiva comparativa europeia. **Sociologia, Problemas e Práticas**. nº46. p. 33-50, 2004.

WAUTIER, Anne Marie. **A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas**. Itujuí: Unijuí, 2001.

ZAMBERLAN, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Cooperação agrícola: melhoria econômica ou novo projeto de vida**. Passo Fundo: Gráfica e Editora Padre Berthier, 1992.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS- ABNT. **NBR 10520: Informação e documentação - Citações em documentos - Apresentação**. Rio de Janeiro, Ago. 2002. Disponível em: <www.abnt.org.br> Acesso em: 25 mar. 2014.

_____. **NBR 15287: Informação e documentação - Projeto de pesquisa - Apresentação**. Rio de Janeiro, Jan. 2006. Disponível em: <www.abnt.org.br> Acesso em: 25 mar. 2014.

_____. **NBR 6023: Informação e documentação - Referências – Elaboração**. Rio de Janeiro, Ago. 2002. Disponível em: <www.abnt.org.br> Acesso em: 25 mar. 2014.

_____. **NBR 6028: Informação e documentação -Resumo – Apresentação**. Rio de Janeiro, Nov. 2003. Disponível em: <www.abnt.org.br> Acesso em: 25 mar. 2014.

_____. **NBR 6022: Informação e documentação - Artigo em publicação periódica científica impressa – Apresentação**. Rio de Janeiro, Mai. 2003. Disponível em: <www.abnt.org.br> Acesso em: 25 mar. 2014.